



O candidato do PCB, Roberto Freire (no canto à esquerda) conversou com os entrevistadores durante duas horas na redação do CORREIO

Candidato surpreende e muda votos

EDUARDO BRITO
Editor de Política

O candidato do PCB à Presidência da República, Roberto Freire, deixou o debate com dois votos a mais. Os entrevistadores, por sua vez, levaram algumas observações que os surpreenderam. Não foi a garantia enfática, dada por Roberto Freire, de que não come criancinhas e que os amigos de seus filhos pequenos costumam deixar sua casa em perfeita segurança. Isso pode até ter ajudado a descontrair o ambiente, mas outras afirmações do candidato mostraram-lhes propostas diferentes do que esperavam.

Na verdade, os oito entrevistadores escolhidos entre os leitores do CORREIO BRAZILIENSE a partir de um critério básico, o de não representarem qualquer entidade ou partido político, não sabiam qual candidato encontrariam. Ao serem convidados, foram informados apenas que se tratava de um dos dez principais candidatos, com quem conversariam por um tempo entre uma e duas horas. Seria a primeira de uma série de entrevistas do mesmo gênero, com cada um dos candidatos.

Antes da chegada de Roberto

Freire — que ficara retido no aeroporto do Rio e por isso atrasou-se quase uma hora — os oito assinalaram sua preferência na sucessão, em uma cédula onde os nomes dos candidatos haviam sido colocados em ordem alfabética. Depois do debate, os votos voltariam a ser tomados. Dois deles haviam sido mudados, em favor de Roberto Freire. Ao que tudo indica, pois o voto era secreto, foram os que preferiam, antes, os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello.

A essa altura, já haviam submetido Freire a uma sequência de perguntas, de início mais contidas nas preocupações profissionais de cada um e, mais tarde, com uma dose maior de descontração. De modo geral, julgaram eles, o candidato deu respostas precisas às questões que lhe foram feitas, ainda que às vezes — caso das favelas por exemplo — não tivesse anunciado providências concretas a tomar.

As definições de Freire é que deixaram marcas. Por exemplo, eles não imaginavam ouvir de um candidato comunista que não pretende acabar com o capital, nem com o lucro, embora queira coibir as taxas abusivas de ju-

ros. Da mesma forma, não pensavam ouvir, com todas as letras, que a União Soviética e a China têm cometido erros graves. E não se tratava apenas de comunismo: não se esperaria que qualquer candidato, fosse de que partido fosse, promettesse um aumento de impostos caso se elegeisse.

Os entrevistadores deixaram permeiar, no diálogo, o crescente desprestígio da chamada classe política, vista — e não só por eles — como negociata e geradora de marajás. A resposta de Freire foi uma defesa do Congresso. Ele mostrou que não apenas o Legislativo tem um valor intrínseco, sendo a garantia contra a ditadura, como mesmo “esse Congresso que está aí” apresenta grandes méritos. Assim, refutou críticas como a de que se está demorando a regulamentar a Constituição ou a de que são estéreis as divergências entre Planalto e Congresso.

Nestas páginas, Roberto Freire debate com um arquiteto, uma psicóloga, um ex-jogador e hoje técnico de futebol, um funcionário público, um garçom, um serventuário da Justiça, uma estudante e um bancário. Todos de Brasília.

Antes

Os votos dos oito entrevistadores antes do diálogo com o candidato — e antes de saberem quem era ele:

Lula1 voto
Collor1 voto
Freire2 votos
Maluf1 voto
Aureliano1 voto
Afif1 voto
Nenhum1 voto

Depois

Os votos dos oito entrevistadores depois do diálogo com o candidato:

Maluf1 voto
Freire4 votos
Aureliano1 voto
Afif1 voto
Nenhum1 voto

Orlando Costa — No seu governo, se eleito, o senhor já pensou em como tratar a questão das favelas?

Roberto Freire — Um processo de reforma agrária talvez criasse mecanismos de uma migração mais ordenada e, portanto, com melhores condições de ser uma população absorvida pelo processo de crescimento econômico e industrial e as nossas cidades terem uma preparação melhor para receber essa migração.

É normal. Também não vamos ficar imaginando que um processo de crescimento não provoque processo de urbanização. Isso é natural e, em alguns países, até de forma muito acelerada. Entre nós foi muito acelerada e de uma forma desordenada, porque faltou uma política agrícola, faltou um processo de reestruturação fundiária e, nas cidades, faltou todo um processo de organização e até de ordenamento territorial no Brasil. Não se fez políticas das pequenas, médias cidades, não se buscou ter uma certa descentralização industrial, não se teve um programa de distribuição regional também de desenvolvimento. Entrou-se na lógica do capitalismo de concentração, não só de renda entre as pessoas, mas de concentração de renda nas regiões.

E concentração de renda em determinadas regiões dentro das macrorregiões.

Neste sentido, os senhores vêem que o fluxo migratório foi do campo para as cidades e de algumas regiões para o Centro-Sul do País. Todo esse processo gerou o quadro caótico em que ai estão as nossas maiores cidades.

Para enfrentar isso hoje, pela nova Constituição, precisa haver um trabalho muito integrado, porque a própria definição de áreas metropolitanas, todo um processo de ordenação urbana, até mesmo o uso do solo, deixou de ser uma questão federal, ou seja, do Governo federal, que legislava sobre isso no período da ditadura. Hoje, com a criação de uma verdadeira federação no País, isso foi entregue aos estados e aos municípios.

Tudo isso requer políticas integradas, cabendo o Governo federal buscar programas mais gerais que podem condicionar até mesmo a elaboração dos planos diretores dos municípios, das definições das áreas metropolitanas a nível dos estados. Você pode colocar a partir dessas políticas mais gerais determinadas condicionantes que podem facilitar o trabalho disso.

A primeira delas é o processo de reforma agrária. Isso é necessário, é essencial. Neste País não se pode admitir ainda a existência do latifúndio. Não se pode admitir que um meio de produção tão fundamental como a terra não seja utilizado. E o latifúndio, por definição, é a área não aproveitada, mesmo que possa ter baixos rendimentos, mas, por exploração. A lei define, pelo Estatuto da Terra, que o latifúndio por exploração é o que não tem produtividade, não tem rentabilidade e, por isso, com latifúndio deve ser extinto.

Isso leva a uma certa fixação de uma população rural, a se diminuir o fluxo migratório, mas não vai resolver. Vai se ter que fazer também um ordenamento territorial, um novo zoneamento industrial e uma nova política de planejamento regional.

Então, nesse sentido — e isso é atribuição do Governo federal —, se pode começar a discutir.

Orlando Costa — O senhor fala no plano regional. Não pensa num planejamento físico nacional?

Roberto Freire — Claro, o ordenamento territorial é exatamente isso, com um zoneamento industrial e uma nova política de desenvolvimento regional, dentro desse ordenamento territorial, que é exatamente você discutir problemas de zoneamento industrial, de divisão político-administrativa, incentivos a pequenas e médias cidades, uma nova matriz de transportes neste País, todo um projeto de ordenamento territorial do Brasil.

Agora, há um problema muito sério: enquanto não se promover um processo de distribuição de renda, drástico, neste País, não se resolve o problema da cidade, porque ele já existe. O que estou querendo fazer é diminuir o surgimento de outras megalópolis ou evitar que surjam nas nossas cidades novas e maiores favelas. Mas as que já existem terão que ser enfrentadas também.

“Não escolhi o servidor como o bode expiatório”

VALDIR MESSIAS



No time de Dadá, há vaga para Freire

Dario José dos Santos, mais conhecido como Dadá Maravilha, técnico de futebol do time do Tiradentes, participou como jogador da Copa de 70. Acabou se tornando uma figura folclórica de nosso futebol, por inventar nome para os seus muitos gols e até mesmo apelidos para ele próprio, como o de Beija-Flor, porque dizia conseguir ficar parado no ar à espera das bolas cruzadas. Com 43 anos, ele está em Brasília há apenas 2 meses e garante que na pelada ainda é o melhor jogador de futebol do mundo.

Dadá definiu Roberto Freire como um “arretado que tem bons princípios cristãos”. Ele disse ter ficado entusiasmado com o candidato do PCB, principalmente porque demonstrou um profundo conhecimento da realidade brasileira. Dario acredita em Freire. “Eu não sou de prestar atenção na boca, porque ela só fala o que nos interessa. Gosto de olhar nos olhos e nisto ele foi aprovado”, disse Dadá Maravilha. Para ele, o próximo entrevistado deveria ser Paulo Maluf, do PDS.

Agostinho Reis — como o senhor pretende, com o funcionalismo na situação em que se acha, levar avante o seu programa de desenvolvimento?

Roberto Freire — A primeira coisa que eu poderia dizer é que não escolhi o servidor público como bode expiatório da falência do Estado brasileiro.

Adélia Tavares — Graças a Deus.

Roberto Freire — É muito fácil se escolher sempre o trabalho como o causador dos problemas. O problema inflacionário se quer resolver com arrocho salarial, de todos os trabalhadores e, particularmente, os problemas de caixa do Governo, em cima do servidor público.

Isso também não significa dizer que nós temos serviço público. Nós começamos a não ter mais serviço público. Há uma verdadeira falência do Estado brasileiro, este que ai está. Em primeiro lugar, é um Estado que se privatizou, é um Estado que só funciona quando interessa à iniciativa privada, é um Estado que se despreocupou em prestar serviços à coletividade, é um Estado que é, em alguns aspectos, mera extensão do interesse privado, da economia privada.

Poderia ai até dar alguns exemplos, acho que é importante até porque eu quero discutir e estou discutindo com uma concepção bem distinta da que é hoje predominante entre todas as forças políticas, inclusive alguns de esquerda, que é uma discussão sobre privatização, estatização, sobre o problema de déficit público, de como combater a inflação. Quero dizer que o problema da privatização e da estatização terá que ser discutido, mas a partir do momento em que primeiro discutirmos a desprivatização do Estado brasileiro, fazermos com que o Estado brasileiro volte a ser uma entidade pública, volte a ter serviço público. É a primeira coisa que deve ser feita para isso é voltar a assumir as suas atribuições específicas, suas competências primeiras para atender as necessidades da população. E para ter isso ele vai precisar de um serviço público que seja realmente compatível com essas necessidades e, ainda mais, servidores públicos

que sejam respeitados nos seus direitos, para poderem ser instrumentos de oferta desse serviço.

Digo que o Estado brasileiro privatizou-se e não é coisa recente, já vem de há muito tempo. Cito dois exemplos que interessam diretamente a qualquer um de nós: as áreas da educação e da saúde.

Hoje nós estamos comemorando 200 anos da Revolução Francesa. Uma das máximas, um dos objetivos fundamentais da Revolução Francesa, era a educação pública, gratuita e laica. Essa era uma reivindicação há 200 anos. Na Europa isso foi atingido. No Brasil, ainda hoje não foi. E, pior, o que se tinha de pública e de qualidade foi levada à falência. Hoje nós não temos quase escolas públicas e, quando temos, não presta nenhum serviço de qualidade. O Estado abriu mão de cumprir com as suas obrigações e permitiu que a educação e a saúde, ambas, se transformassem em bens de comércio. Só se tem acesso à educação e à saúde de qualidade neste País, e em alguns até nem de qualidade, se se tiver dinheiro.

Falar-se que esse Estado brasileiro é intervencionista na economia também não é verdade. O Estado brasileiro participa com menos de 30 por cento com despesas de investimento, de pagamento de pessoal das suas estatais, com menos de 30 por cento do PIB do Brasil. Nos Estados Unidos essa participação alcança mais de 37 por cento; na Suécia, 65 por cento. E quem está dizendo isso não é um comunista, são dados do relatório do Banco Mundial. E se diz que o Estado brasileiro está muito presente na economia! É exatamente o inverso. O Estado abriu mão de algumas atividades que eram obrigação sua e isso precisa voltar a ser obrigação sua. E, para isso, precisa de um serviço público que seja condigno, precisa ter servidores públicos que sejam respeitados, inclusive nos seus salários.

E digo mais: alguns setores acham muito fácil dizer que vão resolver o problema do Estado brasileiro por conta do déficit de caixa com políticas de arrocho salarial ou com políticas de contenção de despesas no serviço público e até com demissão de funcionários. Eu quero dizer

que não é por ai que vamos resolver problemas de caixa do Governo. Vai talvez resolver se o Governo aumentar a sua carga tributária, porque é baixa no Brasil. Paga imposto no Brasil quem é assalariado e isso é uma das injustiças do nosso sistema tributário. Pior, a carga tributária é baixa porque quem ganha rendimentos do capital não paga imposto neste País. E o contrário do que dizem. Estes são dados das contas nacionais. Mais ainda, a própria arrecadação do Estado, quando é sua receita líquida, ele destina para a iniciativa privada, para a economia privada, através dos incentivos e subsídios, grande parte da sua receita.

Se o Brasil parasse todo o seu funcionalismo, parasse ou demitisse todos, não tinha mais serviço público, mas estava economizando só o que paga ao setor privado da economia, que especula no sistema financeiro. Quase a mesma coisa.

Quando se quer resolver a questão da inflação, se vai buscar o arrocho salarial, não se vai buscar os custos financeiros, seja com a dívida interna, que já estamos vendo aqui que o Estado paga demasiadamente aqueles que especulam, seja o que nós mandamos de renda líquida, que é o trabalho do povo brasileiro, para pagamento do serviço da dívida externa.

Aproveite! a questão do servidor público para mostrar quanto é incorreta essa visão de que o Estado brasileiro é muito intervencionista, de que o serviço público é o responsável pela crise que o Estado brasileiro vive e, mais do que isso, de que nós vamos resolver os problemas do Estado brasileiro demitindo funcionários ou acabando com ministérios ou não remunerando com dignidade o funcionalismo público. Evidentemente não é por ai que passa. Até porque, se nós precisarmos atender na área da educação e da saúde, vamos ter que ter muito mais serviço público neste País. Só que teremos que ter com eficácia, com eficiência e bem remunerado para isso.

Dadá Maravilha — O senhor tem uma meta de organizar, moralizar a CBF, os comandantes de Seleção Brasileira, como na época do Médici, em 1970, quando foi um dos componentes que trouxe em definitivo a Taça Jules Rimet para o Brasil e quando a organização foi toda baseada em pessoas idôneas comandando a CBD, hoje CBF? Eu queria saber ainda se o senhor tem a intenção de moralizar e defender aquilo que é mais amado no País, que ainda é o futebol?

Roberto Freire — Oficialmente, eu queria dizer que não foi somente em 1970 e muito menos Médici. Foi um período importante do futebol brasileiro, como tivemos antes também na Copa do Mundo de 1958 com o governo Juscelino e o governo João Goulart em 1962. Então, não é um problema de ser Médici, de ser organizado ou não. Foi um momento áureo do futebol brasileiro que, lamentavelmente, vivendo um período talvez de entressafra.

Talvez nós sejamos hoje um candidato que tem um projeto que, por força de sua opção política, possa discutir bem o que é esporte, porque o mundo socialista nisso dá lição. Pode nem ter bom futebol, mas sempre tem bom esporte no sentido mais geral, no chamado esporte olímpico em todas as modalidades, porque não é só um aspecto. Lamentavelmente, o Brasil tem bom desempenho esportivo apenas em determinadas modalidades. Temos um péssimo desempenho desportivo, pior porque o esporte não pode ser entendido apenas como competição. O esporte tem que fazer parte da própria sociedade, do seu desenvolvimento. E parte do desenvolvimento da pessoa humana a prática de esportes e não apenas para buscar vitórias em competição, mas também para formar toda uma cidadania. Nesse sentido o Brasil é, evidentemente, um desastre. E nenhum Governo se preocupou com isso. E a forma de o Governo se preocupar não é com intervenção, seja em clubes ou em federação, porque isso é uma questão que a própria sociedade tem que cuidar. Eu acho que os clubes esportivos têm que cuidar das suas vidas, eles têm que ser independentes o suficiente, com autonomia, para regulamentar os seus campeonatos, criar as suas federações. Ao Estado cabe apenas incentivar o esporte de forma geral. Onde? Fundamentalmente na sua escola.

Dadá Maravilha — E no caso do Ministério dos Esportes?

Roberto Freire — Não, a Secretaria de Esportes. Uma Secretaria de Esportes vinculada, não que seja Ministério. Não há necessidade de ter um Ministério. Até pode vir a ser. Eu não tenho nenhuma preocupação com esse negócio de vir falar que criar Ministério é fazer trem. Não é bem isso não. Se você cria um Ministério e atende satisfatoriamente a população, a população não vai reclamar. Ela reclama dos outros Ministérios porque nenhum atende a nada, nem ao interesse nacional, muitas vezes. Não é porque acho que há muitos ou poucos Ministérios. É porque acho que não é necessário. Até porque, se fôssemos entrar nisso, já têm as mulheres também pedindo Ministério da Mulher, já tem também a juventude, que discute o Ministério da Juventude, e acho que a Secretaria de Esportes é algo importante para vinculá-la, inclusive, no caso concreto, a todo um processo do novo sistema educacional que tem que se criar, que tem que buscar e perseguir uma educação integral. Educação integral significa o período todo de um dia de trabalho de um estudante, porque estudante também é forma de trabalhar.

Andréia Karla — Todo mundo está sabendo que o ensino aqui no Brasil não está lá essas coisas, não é bom. O Brasil tem um dos índices de analfabetismo mais altos e poucas pessoas conseguem chegar a níveis de escolaridade de 2º ou 3º graus, por pura falta de recursos. Que soluções o senhor daria a este problema, levando em conta que constitucionalmente a educação é um dever do Estado?

Roberto Freire — Eu tinha colocado aqui em linhas gerais uma habilitação que o Estado brasileiro tinha feito dessa sua atribuição. Falei junto com a saúde.

A nossa proposta é a de que os serviços de educação têm que ser públicos e gratuitos, universal e de boa qualidade, ter uma política para a formação e aprimoramento de toda a equipe vinculada à área de educação. Isso é uma prioridade. As pessoas que são responsáveis por isso, evidentemente têm que ser respeitadas na sua função.

Não se pode admitir que um profissional da área de educação receba uma remuneração que não lhe dá as mínimas condições para que tenha a possibilidade de educar uma geração.

Só que o Estado brasileiro se des preocupou e entregou a educação à iniciativa privada. Hoje, grande parte da educação neste País não é apenas no 3º grau, porque antigamente ficava quase que restrita à universidade. Hoje já é do 2º e até do 1º grau, quase que propriamente sendo atendida pela chamada rede privada, que busca auferir lucro. São raros aqueles que têm vocação educacional. São raros esses estabelecimentos que têm certa tradição e que buscam, de qualquer forma, cooperar com a formação educacional, com o problema da instrução, de dar dignidade à própria pessoa humana. A maioria busca a maximização do lucro. É como um investimento qualquer.

Isso também na área de saúde é típico. O que fazer? Defendo a estatização do sistema de educação e quero explicar bem isso para que isso não cause nenhum trauma em relação a alguns colégios privados. Eu não vou estatizar nenhum colégio privado, eu vou apenas criar a escola pública, porque eu não acredito que alguém tendo uma escola pública de qualidade, vá colocar seu filho em escola privada, que na maioria das vezes não tem qualidade.

Quero dizer que este é um objetivo a ser perseguido em todos os níveis. Isso não pode ser decretado. Seria demagogia alguém imaginar que do dia para a noite, ou até em 5 anos, iríamos resolver o des-governo de 50 anos.

Há algumas experiências que a Fundação Oswaldo Cruz fez de uma politécnica, para formar profissionais médios na área da saúde. Hoje, a própria universidade não profissionaliza. Ela talvez dê um diploma de cursos acima de um diploma de um 2º grau que podem dar garantia numa disputa no mercado de trabalho, mas não lhe garante que seja profissionalizado naquele diploma. Por quê? Porque muitas das nossas universidades

“Não vamos estatizar as escolas e os hospitais”

também são meras fábricas de diplomas.

Edison Pena — O único investimento externo recente no País visa a área financeira — a reforma bancária, que recebeu verba do Bird - e é justamente de onde saem mais os recursos do País. O que o senhor pretende fazer nesse sentido?

Roberto Freire — O sistema financeiro nacional eu acho que responderia em linhas gerais e também a reforma bancária, não vão ter longa vida, porque o Congresso precisará regulamentar o sistema financeiro nacional com uma lei complementar, determinação constitucional, fazendo uma série de modificações que a própria Constituição já prevê.

Em torno disso aí, a nossa posição é de que o sistema financeiro tem que voltar a cumprir o papel fundamental para o qual foi criado. O banco é para intermediação financeira. Isso significa dizer que ele tem que financiar, através de créditos, a produção. Então, o banco foi criado para isso. Essa é a função principal e fundamental de um banco. Só que, no Brasil, em função do sistema especulativo que foi montado a partir de um Governo que privilegiou a especulação e que depois tornou-se dela prisioneiro — e está prisioneiro dela — nós temos hoje bancos quase como balcões para transações com papéis os títulos do Governo, o overnight, é todo um processo que não tem nada a ver com a sua função precípua, que é a de ser uma instituição que arrecada poupança e a canaliza para a produção através dos créditos ou financiamentos. Este é um papel do banco. E os bancos brasileiros têm que voltar a fazer este papel. Não apenas os bancos estatais.

Edison Pena — Os bancos nacionais...

Roberto Freire — Ai não é problema de nacional ou não-nacional. Tanto o Itaú quanto o Bradesco são bancos nacionais.

O problema da integração financeira internacional não passa pelo controle do banco. O controle do banco é um controle

nacional. Se é uma área que é de controle nacional, é a de bancos. Até porque eles pressionam muito o Governo e puseram força suficiente para impedir a abertura do mercado financeiro brasileiro para os bancos internacionais. Existem bancos internacionais aqui, mas com um grau de reciprocidade.

Edison Pena — Mas por quê?

Roberto Freire — Está claro: porque o sistema é este. O que eu proponho? Eu proponho que tenha mecanismo essa volta às suas funções verdadeiras, mas essa é uma proposta que antecede a algo para o que devemos ir, que é a estatização do sistema bancário. Antes disso é a definição de que eles vão ter que voltar a intermediar a produção na área financeira, mesmo de acordo com o que eles tiveram na sua carteira de títulos públicos.

Eles não poderão, como estamos vendo hoje, só entrar no que é compulsório quando há determinados programas de crédito ou de financiamento que o Governo defende em função de sua política, seja ela agrícola ou industrial.

Esse mecanismo terá que ser implantado, a verdadeira reforma financeira é voltarem os bancos a fazer a intermediação financeira da economia brasileira e, se isso não for o suficiente, partir para a estatização do sistema bancário brasileiro.

Em termos de bancos, eu queria aproveitar a oportunidade, porque eu aqui falei no começo sobre o problema de privatização do Estado brasileiro. Nos bancos há um exemplo típico disso. O Banco Central é uma das maiores autoridades do sistema financeiro nacional. Vocês já perceberam que o presidente do Banco Central — que foi recentemente exonerado — acumulava essa sua função de presidente da maior instituição financeira, em que um memorando ou uma sua portaria poderia significar ganhos ou vantagens para os chamados agentes financeiros da chamada iniciativa privada nesse mercado, também era presidente uma corretora privada?

Este é o maior exemplo de que, neste

País, até mesmo a autoridade maior financeira é mera expressão de interesse privado.

Edison Pena — Nós temos dentro do Banco do Brasil indivíduos que têm corretoras. São criticados por isso e, inclusive, fazem concorrência com o próprio Banco do Brasil.

Roberto Freire — Mas não chegamos ainda ao Banco do Brasil ter um presidente como esse, ligado a uma corretora, felizmente. E não poderemos ter. Isso é um absurdo, mas é uma demonstração. Eu queria aproveitar só para demonstrar o grau de inter-relação.

Poderia entrar também em bancos outros — o Banco do Desenvolvimento do Estado de Alagoas. Já vamos aproveitar Alagoas, porque precisamos falar disso de qualquer maneira. Não sei se vem a pergunta depois, mas é importante falar disso. Em Alagoas tem um Banco de Desenvolvimento do Estado, como em 14 estados. E um banco estatal importante, porque é um banco que pode, exatamente como faz o Banco do Brasil, ser um instrumento de financiamento do pequeno e médio produtor, porque aplica uma política de Governo. Então, nesse sentido, como é do Governo, ele pode ser o mecanismo da intermediação financeira. O Banco do Estado de Alagoas foi à falência recentemente. E foi à falência porque se transformou numa mera extensão dos interesses dos usineiros alagoanos com o beneplácito do Governo, que é mais uma demonstração de que não só o banco, mas o próprio Governo, é extensão do interesse privado.

Edison Pena — A propósito, o senhor votou a favor ou contra a anistia rural?

Roberto Freire — Eu votei contra e apresentei até uma emenda que limitava não só a anistia rural — a anistia, que era um absurdo, porque não houve anistia para os trabalhadores que tiveram seus salários congelados e arrochados. Mas, neste País não só se anistia, como se concede toda a sorte de incentivos e subsídios ao capital, historicamente, o enquanto o trabalho aqui é pessimamente remunerado.

No Brasil, não mais do que 37 por cento, aproximadamente, da renda nacional, pagam salários e quase sessenta e tantos por cento remuneram o capital com juros, aluguéis ou lucros. Em qualquer país desenvolvido do mundo capitalista é exatamente o inverso: trinta e poucos por cento remuneram capital e quase 70 por cento fator trabalho. Esta é a maior demonstração de que no Brasil ganha o capital. Ganha o capital na inflação, ganha o capital porque domina o Estado, porque o Estado é a extensão dos seus interesses. O que pretendemos é exatamente virar isso ao contrário. Queremos o Estado que tenha como ponto básico os interesses do setor público da economia e dos trabalhadores, dos assalariados. Não é acabar com o capital nem com o lucro, mas é não permitir que tenha essas taxas abusivas de juro no Brasil, que tem uma das maiores taxas de juro do mundo, enquanto temos uma mão-de-obra das mais mal-remuneradas também do mundo.

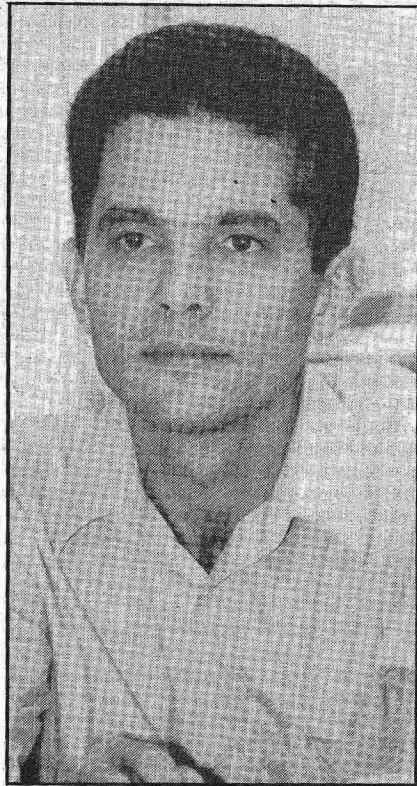
Moacir Marinho — O que o leva a ser candidato, com uma situação tão adversa para o senhor, visto se tratar de um partido comunista que não é muito simpático ao povo? Como conciliar comunismo com democracia plena e como seria, no caso de ganhar para Presidente, essa liberdade para o povo? Seria uma liberdade vigiada?

Adélia Tavares — Acrescentaria a isso se o senhor ainda acredita que a sociedade brasileira ainda pensa que comunista come criança?

Roberto Freire — Eu poderia aproveitar para dizer que nós não temos a simpatia na sociedade brasileira como partido porque a sociedade brasileira é profundamente autoritária e, por não termos nunca democracia, nós, comunistas, sempre fomos o bode expiatório dentro dessa ausência de democracia.

Eu não gosto de simplificar as coisas, eu gosto de dar uma visão mais geral, até para a gente entender um pouco mais.

VALDIR MESSIAS



Bancário acha que candidato é capaz

Edison Pena Junior é bancário. Ele mora em Brasília há 19 anos. Seu lazer preferido é o futebol. Além de jogar peladas no final de semana, ele gosta de assistir aos jogos do seu Flamengo. Ele gostou da entrevista com o candidato a presidente pelo PCB. Em sua opinião, “Freire apresentou uma cultura muito grande, mostrando-se capacitado a realizar tudo o que prometeu caso venha a ser eleito”.

Para Junior, o que ficou de mais positivo em toda a entrevista com Roberto Freire foi a sua vontade de mudar toda a estrutura da sociedade brasileira. “Ele não foi radical, mostrou que as mudanças serão graduais”, disse Edison Junior, que gostaria de ver entrevistado Luiz Ilácio Lula da Silva, do PT. Nas últimas eleições ele votou em Augusto Carvalho, deputado federal do PCB, e em Maurício Corrêa, senador pelo PDT.

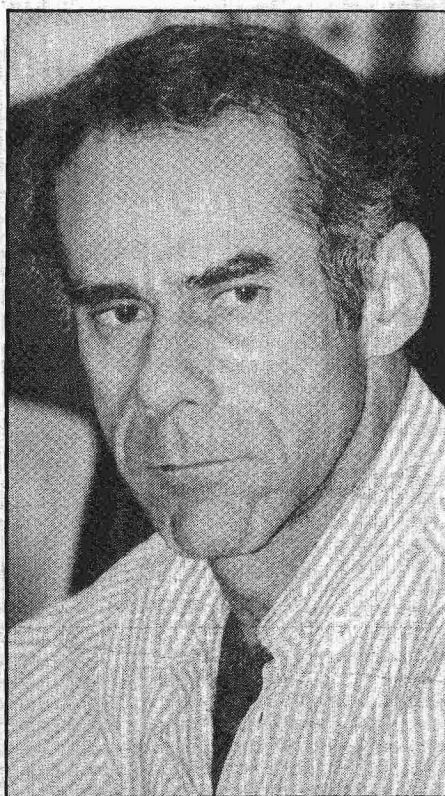
FOTOS: VALDIR MESSIAS.



Adélia se definiu pelo programa de TV

Adélia Tavares Almeida é psicóloga e funcionária pública, com 34 anos, ela mora em Brasília há 27 anos. Seu principal lazer é o arremesso de dardos. Adélia irá representar Brasília em um campeonato brasileiro que será realizado no Rio de Janeiro. Ela revelou que Roberto Freire já era o seu candidato antes mesmo do debate, pois se definiu depois de assistir ao programa do PCB na TV.

Para ela, o melhor de Roberto Freire "é que ele não tem nenhum chavão político e não faz frases de efeitos, apenas apresenta boas propostas". Adélia não se surpreendeu com a atuação de Freire. Ela disse que simpatizou com o candidato porque "ele tem uma maneira tranquila e clara de falar". Adélia gostaria que o próximo candidato a ser entrevistado fosse Leonel Brizola do PDT. Nas últimas eleições realizadas em Brasília, ela votou em Augusto Carvalho, deputado federal pelo PCB, e em Maurício Correa, senador pelo PDT.



Comunismo ainda é tabu para Moacir

Moacir Marinho Duarte é serventuário da Justiça. Com 46 anos, ele mora há 22 em Brasília. O seu maior prazer nas horas de folga é torcer pelo Atlético Mineiro. Apesar de ressaltar que Roberto Freire não é o seu candidato a presidente da República, considerou que o representante do PCB nas eleições deste ano "foi claro nas definições do plano de trabalho que pretende adotar, dentro de tudo o que estamos procurando em termos de inovação". Moacir afirmou que, se Freire não fosse comunista, teria o seu voto.

"Gosto da liberdade plena, e não da liberdade vigiada que acontece nos países comunistas". Moacir se definiu como um liberal e afirmou já ter opções, embora ainda não definitivas, a respeito de quem vai votar nestas eleições. Ele gostaria que o próximo entrevistado fosse o candidato do PL, Guilherme Afif Domingos. Ele não lembra em quem votou nas últimas eleições presidenciais, mas disse ter a certeza de que não foi em Jânio Quadros.

Eu falei desse problema da renda nacional. Isso daqui é um processo político e luta de classes, inclusive. Toda vez que o trabalhador faz uma greve, ele faz uma greve tentando mudar essa equação. Ele quer ganhar mais e isso deveria significar o lucro menor. No Brasil, por conta da ausência de democracia, isto não é verdadeiro. Ele nunca ganhou mais e esse aumento que ele tem é só nominal, porque na realidade o processo inflacionário faz com que o capital continue ganhando e ele repasse para o preço o ganho na inflação.

Na Europa tem movimento sindical forte há muito tempo. E há quase cem anos na Europa tem partidos de esquerda, socialistas, sociais-democratas e comunistas. Por quê? Porque o trabalhador luta através dos seus sindicatos e através dos seus partidos políticos.

No Brasil se reprimiu o trabalhador na sua organização sindical. Historicamente sempre se fez isso e, conjuntamente, se reprimia a possibilidade de ter um partido que vinculasse os interesses do trabalhador na luta pelo poder. Também aí se reprimia os comunistas. Historicamente, a nossa relação com o movimento dos trabalhadores neste País é de repressão aos trabalhadores e repressão também aos comunistas. Repressão aos comunistas é repressão também a todos aqueles que querem defender o direito dos trabalhadores, mesmo que não sejam comunistas, mas são chamados de comunistas. D. Hélder foi chamado de comunista porque defendia a democracia na época da ditadura.

Neste sentido vocês vêem que se criou o comunismo e se tornou o comunismo o Satanás. É o pior de tudo. Tem até uma brincadeira no Nordeste que é meio trágica: dois camponeses discutindo e um deles dizia "— olha, o Nordeste é uma desgraça, tudo que é ruim já veio. Quando vem a seca a gente reza e chora por chuva, vem a chuva e aí é a enchente, o que tem de ruim já veio". E o outro perguntou: "— E o comunismo?" Ele disse: "— Rapaz, se fosse ruim já tinha vindo!" Ele está querendo dizer que o comunismo não é tão ruim assim, só que era colocado para a sociedade como o pior de tudo, a pior desgraça.

Isso criou, realmente, não digo nem a ausência de simpatia, mas em alguns momentos até o ódio, porque o preconceito gera o ódio, o preconceito é a desinformação e eles desinformaram, eles usaram de má-fé. E quando eu digo eles, é a classe dominante brasileira — toda, e de há muito tempo, não foi só de 64 para cá.

Isso daí tem contra nós tudo o que há de ruim. Até se dizia esse negócio de comer criança. Acredito que ninguém mais pense isso. Mas há pessoas que ainda, em algum lugar, podem ficar pensando.

"O comunismo teve erros que geraram preconceitos"

Acredito que na hora em que começam a me conhecer muitos preconceitos caíram de vez. Eu quero dizer que tenho 5 filhos e não foi para comer nenhum deles. Estão todos vivos. E ninguém nunca reclamou de criança que tivesse ido lá em casa e desapareceu!

Temos alguns erros históricos que ajudam que se crie esse preconceito. Todo um processo que está ocorrendo na União Soviética, nos países socialistas, inclusive o que ocorreu na China e que é profundamente negativo para o socialismo. Mas tem os positivos. É ou não positivo o que ocorre na União Soviética, o que ocorre na Polônia? Então, está havendo um processo de mudança no mundo socialista.

Moacir Marinho — É uma mudança de pensamento, então, do partido em si.

Roberto Freire — Não. O problema é que em alguns momentos você teve processos distorcidos em função do esforço feito para construir a União Soviética, como um grande país, na Rússia, que era um dos países mais atrasados do mundo. E se criou isso apesar de um cerco de todos os países que tentaram intervir e de uma Segunda Guerra Mundial que matou 20 milhões. Vocês sabiam que se alguém juntasse todos os mortos dos países europeus na Segunda Guerra Mundial ainda seria um número menor do que o número de soviéticos mortos? Isso é um negócio impressionante. Vocês sabiam disso? Este é um dado concreto. Então, foi um País que foi arrasado, depois de ter feito um imenso sacrifício para chegar ao que era como potência. Claro, isso não justifica que lá não tivesse tido democracia. Lá não teve, só que agora se está buscando ter.

Quero dizer que o Partido Comunista Brasileiro é um partido democrático. Aqui nós nunca acabamos com a liberdade de ninguém. Ao contrário, quando se acaba com a liberdade de todos, as primeiras vítimas somos nós.

Moacir Marinho — Está aí o medo das pessoas de se filiarem e depois, se houver um revertério no País, serem os primeiros perseguidos.

Roberto Freire — Mas é por isso que

nós estamos querendo lutar para que a democracia seja algo permanente, para que as pessoas não tenham medo. Aí você me ajuda em dizer isso. Você vê que esse partido pelo menos de uma coisa pode se orgulhar: dificilmente um oportunista ou aquele que está imaginando uma mamata vem para o partido, porque se o partido causa medo, só vem aqui quem acredita nas suas idéias. Ninguém entra em algo que só ofereça risco, sacrifício e o medo que existe, evidentemente, em quem ingressa no Partido Comunista. Acho que já mudou, já melhorou muito. Mas isso era verdadeiro. Ninguém entrava no partido pensando que iria ter benesses do Governo ou do poder. Ao contrário, era isso que você disse, era o risco de saber que podia haver um retrocesso e ir para a cadeia, sofrer torturas, exílio. E alguns foram assassinados.

Moacir Marinho — Mas há até hoje, ainda.

Roberto Freire — E nós precisamos mudar isso, até porque nós não vamos ter democracia nunca se esse medo continuar, porque aí não vai ter só a repressão aos comunistas, a repressão é a todos os democratas, porque essa simpatia que nós não temos é a simpatia que os democratas também não têm. Todos aqueles que lutam pelos trabalhadores, imediatamente a classe dominante coloca como sendo subversivos, comunistas. Então é importante que nós, comunistas, superemos esse preconceito até para ver se a democracia avança, porque aí todos os outros serão beneficiados. Vamos acabar com a indústria do comunismo. Já é alguma coisa.

Sinto que estamos tendo sucesso. Acho que estou começando a ser respeitado a nível da sociedade, estou começando a ter espaço, sem que isso esteja ocasionando grandes problemas. O nosso contato com a Igreja, o que nunca tivemos, como dirigentes, comunista com um alto dignatário da Igreja, eu nunca tinha visto. Estou conseguindo isso com esta campanha. A Igreja também mudou. Ela já não é mais a Igreja de antigamente, é uma Igreja que fez uma opção preferencial pelos pobres e que está lutando também

por transformações da sociedade e se equipara conosco na luta também. Podemos até ter concepções filosóficas distintas, mas temos pelo menos preocupações sociais idênticas. Então, nesse sentido, está mudando o mundo também. E eu acho que vamos superar um pouco essa antipatia que existe e, quem sabe, voltaremos a ser um instrumento importante de luta dos trabalhadores e ter a simpatia do povo brasileiro.

Edison Penauma — O senhor falou coisa interessante, a relação de sindicato com partido político. Por que a CUT é tão criticada por ser uma frente do PT?

Roberto Freire — O problema da CUT é outra coisa. Que os trabalhadores tenham um partido e possam ser do PT, tudo bem. Agora, que o seu sindicato se atreia a um partido, é ruim. O problema é o seguinte: você, como bancário, tem o seu sindicato. Você não pode ter um sindicato dos bancários do PT ou do PCB, porque como bancário você obrigatoriamente não é do PT, nem do PCB. Então, o seu sindicato não pode ser de um partido. Ele tem que ser da categoria dos bancários, independente da sua ideologia.

Agora, é importante que os bancários tenham um partido que represente os interesses dos trabalhadores. E aí pode ser o PT, pode ser o PCB ou ele achar até que pode ser um partido de direita. Pode ter trabalhador que ache que quem melhor defende os seus interesses são esses governos aí e até a ditadura. Tem trabalhador que acha. E aí é um direito dele. Agora, que ele participe politicamente. E aí que eu digo. Que ninguém fique pensando que vamos mudar alguma coisa na sociedade sem ser através da política. Eu discordo dessa política, mas eu tenho que apresentar contra ela uma outra política. Se eu não apresentar política nenhuma ou disser que não quero nada a ver com a política, eu estou fazendo aquela política que é contra mim, mantendo a política que eu acho que não vale nada.

E nesse sentido que eu digo que o trabalhador tem que buscar um partido para representá-lo politicamente no exercício do poder. Ele deve ter formas de exercer o poder para fazer a política que lhe interessa com o trabalhador. E neste País, há muito tempo, ou nunca, houve uma política de interesse direto ao trabalhador. Foi sempre vinculado direto aos interesses daqueles que são possuidores, daqueles que são ricos.

Adélia Tavares — Qual é o seu plano para a saúde do brasileiro?

Roberto Freire — A primeira coisa é desvincular a Previdência Social da saúde. São coisas distintas. Previdência Social cuida de atender o trba trabalhador

fundamentalmente no problema das aposentadorias e das pensões.

Adélia Tavares — Deveria!

Roberto Freire — Eu não estou querendo que continue isso. Estou dizendo a minha proposta. A primeira coisa é desvincular a Previdência Social, que é uma coisa, e saúde é outra.

Num primeiro momento, com a participação da chamada iniciativa privada, porque não adianta você dizer que vai fazer como na educação, você não pode dizer que vai estatizar, porque o Estado brasileiro chegou a um grau de completa desassistência na área de saúde que se a gente disser que o Estado vai assumir, será um quadro caótico. Agora, o nosso objetivo é a estatização do sistema de saúde neste País. Não há porque saúde ser um bem de comércio e que só tenha acesso à saúde neste País quem tem recursos. Isso é um absurdo. A saúde tem que ser ofertada, gratuita e universalmente, da mesma forma que a educação. São duas coisas que dão dignidade à pessoa humana. Países com menos recursos que o Brasil, mais pobres que o Brasil, já resolveram esses problemas e dão uma assistência de saúde bem mais avançada do que podemos imaginar. Dou o exemplo de Cuba. É um exemplo a ser seguido. É um País muito mais pobre que o Brasil e conseguiu atender isso com altos índices de qualificação, comparável aos sistemas mais desenvolvidos do mundo. Isso houve uma prioridade nacional.

É possível que no Brasil se busque também isso. A nossa proposta é esta. Não quero também, da mesma forma que em educação, estatizar o setor da saúde privada. Vão continuar existindo os escritórios e consultórios privados. Só que terão que viver sob controle público e, mais do que isso, não receberão nenhum subsídio público.

O objetivo a ser perseguido é a completa oferta de serviços de saúde a toda a população, gratuitamente, pela rede pública de assistência.

Adélia Tavares — Bem remunerados, não é?

Roberto Freire — Mas é evidente. O serviço público todo tem que ser bem remunerado. Não adianta ficarmos imaginando que com esses servidores mal remunerados que nós temos vamos impedir a corrupção. Até porque, neste País impedir corrupção significa impedir aqueles que querem que o Estado não seja corrupto, só que eles praticam também a corrupção. Este é o País dos sonegadores.

É quero dizer que corrupção é crime de mão dupla: há o ativo e o passivo. É corrupto também aquele que dá bola ao guarda, é corrupto aquele que procura levar vantagem através da lei de Gerson. Este País precisa readquirir novos valores. Degradou-se a tal ordem, que as pessoas querem que os outros sejam honestos, quando participam da desonestidade. Os sonegadores neste País gostam muito de falar do Estado e dizer que o Estado não aplica bem, quando ele deixa de cumprir o que a lei determina e se justifica até dizendo isso: "Eu vou sonegar porque está sendo mal aplicado". É desonesto igual ao Governo.

A forma é você fiscalizar. A lei diz que quem sonega é um criminoso. Isso precisa ficar bem claro. Quem sonega é criminoso, está indo contra a lei. E não pode estar argumentando que o outro vai contra a lei. Eu tenho que condenar quem vai contra a lei e eu não posso ir contra. É isso que vale, que é importante. Corrupção é crime que tem dois agentes, o ativo e o passivo. É tão corrupto o guarda que recebe uma bola para liberar uma multa do trânsito quando aquele que a deu. Sabiam que vão presos os dois? Isso é do Código Penal. Só que dizemos que o guarda é que é corrupto, nós não somos quando damos! Mas somos.

Então, neste País se sonega e diz: "O Governo é desonesto". Vamos evitar que o Governo seja desonesto. Para isso, não podemos justificar a nossa desonestidade de sonegar. Isso é que é importante frisar.

O que se tem que fazer de imediato é que a sonegação seja realmente punida, porque sonegar, o trabalhador não sonega. Este é um crime contra o trabalhador brasileiro.

Adélia Tavares — Você tem um institu-

"Aqui se sonega e se diz que desonesto é o Governo"

to que se coloca para prestar saúde ao povo, todo final de mês é descontado, até de pessoas que nem o usam e você tem uma empresa ou um órgão que vive em déficit...

Roberto Freire — Espere aí! O déficit não tem nada a ver. Daqui a pouco você vai querer dizer que demitir algumas pessoas vai acabar com o déficit!

O déficit é produto da crise econômica que estamos vivendo. Você se recorda que quando assumiu o Waldir Pires o Ministério da Previdência, a Previdência estava num rombo tremendo. Ele é uma figura importante, acho que é um grande líder político e tenho o maior respeito por ele. Agora, ele teve a vantagem, além da sua honestidade, de ter coibido a corrupção. Mas não foi isso que melhorou a situação da Previdência, foi a situação favorável da economia. Quando ela vai mal, como antes, a Previdência vai pior. Quando há expansão econômica, a receita da Previdência aumenta.

Francisco das Chagas — Depois de 20 anos de militarismo nós entramos na democracia, que está parecendo mais um pingue-pongue. O Congresso manda uma coisa e o Sarney rebate. Sarney manda e o Congresso rebate. Quería saber do senhor qual seria o melhor comando para a nação brasileira?

Roberto Freire — A sua pergunta representa uma preocupação que existe no povo. Seria muito simples a gente dizer: então fecha o Congresso e o que for determinado fica bom. Não é possível. Ou fica o Presidente ou fica o Congresso, não é isso.

O problema da democracia é mais complexo. Você não pode tirar as decisões simplesmente de uma pessoa ou de um grupo. Você vai ter que ter decisões muito mais trabalhadas, muito mais complicadas de serem adotadas, porque você vai ter um Governo, mas você vai ter um Legislativo.

Quero dizer que, com todos os pesares, o Legislativo é algo muito mais transpa-

rente e mais democrático, porque lá você tem a maioria, mas tem a minoria. E nada passa lá que alguém não suba na tribuna e possa denunciar ou ser contra e a sociedade tomar conhecimento. Diferentemente de um governo, e os governos ditatoriais menos ainda, porque eles decidiam por eles e nem a imprensa poderia discutir o que eles tinham decidido. Então, a ditadura é algo que pode ter eficácia. E eu, muitas vezes, se tenho a eficácia que me ajuda, acho que está bom. Agora, e no dia que não me ajudar? Você vai falar aonde? Na cadeia, provavelmente. É muito melhor você ter um Governo que veta um salário mas vem um Congresso e diz que vai ser aquele salário. E agora vai ser aquele salário, acabou, não tem mais veto. Se fosse um Governo forte, ele teria dito que não teria mais aquele salário, o salário mínimo não seria aquele. Não é que vai resolver tudo, mas pelo menos melhora alguma coisa e teve um Congresso que veio e a pressão da sociedade disse: não, vai ser o salário que ele vetou e que nós tínhamos aprovado.

Você pode até dizer que há um setor que está reclamando, o próprio governo que vai ter que pagar o seu funcionalismo e há funcionário público que não recebe nem o salário mínimo. Então ele vai ter que pagar agora, ele vai ter de aumentar. Ele está dizendo que não tem caixa e está com dificuldade. Você vai ver alguns empresários dizendo que vão falir porque não terão como pagar. Bom, mas aí você tem que diminuir o seu lucro. O que não se pode neste País é você ter lucros abusivos e pagando salários miseráveis.

Acho que nisso o Congresso teve muito mais sensibilidade do que o Governo, que sofre muito mais a pressão dos que são poderosos no Brasil.

Francisco das Chagas — O senhor acha que o melhor comando seria o parlamentarismo?

Roberto Freire — Parlamentarismo. E seria mais complicado. Quero dizer a vo-

cê que era mais complicado, só que seria mais democrático.

Adélia Tavares — O senhor não acha que ficaria mais caótico?

Roberto Freire — Não. Quanto maior participação, melhor. Agora, é mais complicado você ter as soluções. Quero dizer que você não vai construir nada de permanente, imaginando que alguém possa ser tutor seu. Então, pronto. Nós não podemos ter no Governo nenhum tutor para dizer o que nós vamos fazer. Não. Eu quero dizer o que acho que deve fazer. Pode ser até que a maioria não queira, mas que pelo menos dê direito para a gente discutir. Que isso fica um quadro meio caótico, fica, mas é mais democrático. Por isso é que eu quero democracia.

Moacir Marinho — No caso de o senhor se eleger Presidente, qual critério adotaria para escolher seus ministros?

Roberto Freire — A primeira exigência para compor o Governo é que seja de acordo com a nossa concepção política.

Adélia Tavares — Então o senhor terá um ministério comunista?

Roberto Freire — Não, concepção política do Governo. Foi até boa a sua pergunta, senão poderia dar a entender isso. Concepção política do nosso programa. Não vou botar como ministro da Saúde um homem que vá querer manter um sistema de saúde perverso como este que aí está, ou pelo menos vá querer cumprir com a meta que nós estamos definindo, que é de atingir a completa estatização do serviço de saúde.

Nós temos um defeito, que foi criado pela ideologia dominante, de dizer que os critérios políticos não devem ser utilizados. Quero dizer que não tem outro critério que não seja o político. Quando os generais nomeavam, nomeavam por critérios políticos, porque era a sua política. Ou você pensa que durante a ditadura não se fazia política neste País?

Quem não fazia política éramos nós, os comunistas, eram os trabalhadores nos seus sindicatos, porque éramos reprimidos. Mas os que estavam no poder exerciam uma política. Eles tinham uma política educacional, eles tinham uma política de saúde, eles tinham uma política industrial, eles tinham até uma política desportiva. E os seus ministros estavam de acordo com a sua política.

Moacir Marinho — Eu acho que o negócio é cada macaco no seu galho!

Roberto Freire — Companheiro, é isso que eu estou querendo dizer. Você pode discordar da política de colocar no Ministério da Saúde alguém que não entende de saúde. Então essa política é equivocada. Agora, se eu pego um político que entenda muito de saúde, o senhor vai ser contra porque é político?

Então é problema da política. A política de quem não leva em consideração que, para colocar numa área técnica, deve colocar alguém que entenda de uma técnica. Isso é uma política.

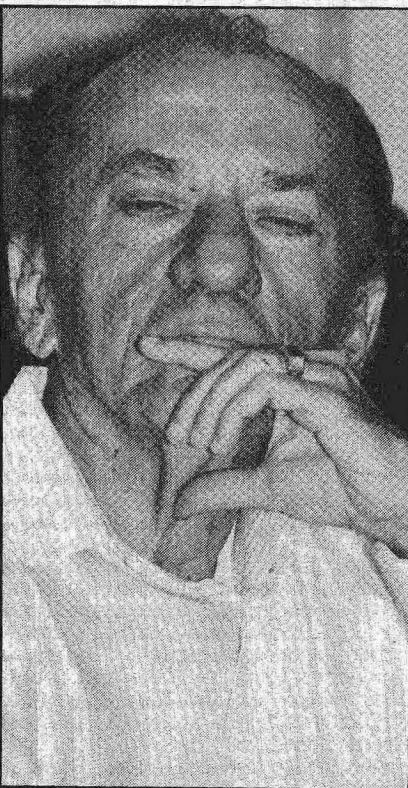
E qual será o meu critério? Vou colocar aqueles que pensam de acordo com a nossa concepção de governo. Não será comunista, não será só socialista, será bem mais amplo. Eu vou querer colocar as pessoas que não só tenham essa concepção, mas aí eu definirei quais são os meus critérios de política, de organizar com competência, com honestidade, com seriedade, e alguns vão, evidentemente, discordar dessa minha política e vão ter política diferente e vão fazer oposição, porque qualquer governo terá oposição.

Adélia Tavares — O senhor hoje tem o ministério na sua cabeça?

Roberto Freire — Não, e vou dizer que ninguém vai ter, porque no sistema eleitoral que nós adotamos, o sistema de dois turnos, o segundo turno é que vai determinar muito do que vai ser o Governo. Por quê? Porque você vai fazer as alianças no segundo turno. Os dois grandes blocos vão se formar. Hoje há dez candidatos ou aproximadamente isso. Para o segundo turno vão apenas dois e, provavelmente, serão dois que vão representar dois grandes blocos.

Nessa hora você vai ter a possibilidade de dizer qual é o governo que se vai for-

VALDIR MESSIAS



Agrônomo quer ver como Collor se sai

Agostinho Reis tem 66 anos e mora em Brasília há 18 anos. Ele é engenheiro agrônomo e funcionário do In-cra. Sua maior paixão é o Botafogo e os seus passatempos prediletos são a leitura e a música. Para ele, o debate lhe permitiu viver "momentos de pura exacerbação política foi uma lição de civismo, brasilidade e patriotismo".

Diz que o candidato do PCB, Roberto Freire, passou na prova e demonstrou que "está à altura de ser um postulante à condição de presidente da República". O que mais lhe chamou a atenção foi a atualidade de suas propostas. Agostinho o considerou sincero e por isso, "merece o respeito e a consideração da Nação". No entanto, afirmou que não pretende puxar votos para Freire. O próximo entrevistado, em sua opinião, deveria ser o candidato do PRN, Fernando Collor. Sobre as últimas eleições presidenciais ele afirmou: "Perdi o meu voto elegendo Jânio Quadros".

FOTOS: VALDIR MESSIAS



Arquiteto elogia a disposição de fazer

Orlando Costa é arquiteto, assessor legislativo da Câmara dos Deputados e incorporador. Está em Brasília desde 1961. Com 56 anos, Orlando tem na jardinagem o seu lazer preferido. Ao ser indagado em quem votou nas últimas eleições a sua resposta foi imediata: "Não lembro, faz tanto tempo que até parece que foi na Idade Média". Ele gostaria que o próximo entrevistado fosse o candidato do PFL, Aureliano Chaves.

Sobre o candidato do PCB, Roberto Freire, ele disse que o considerou bastante preparado para estas eleições. "Demonstrou que é versado em todas as questões sobre os problemas brasileiros". Em sua opinião, "pelo menos na divulgação das idéias socialistas ele está tendo sucesso e merece respeito pela seriedade e pelo que almeja para o País". Para Costa, não importa se Freire tem condições de realizar tudo o que deseja como presidente da República, pois "o mais importante é querer fazer", comentou.



Para Andréia, jovem já está preparado

Andréia Karla Freitas de Almeida é estudante. Ela está cursando o segundo ano da segunda série no colégio Sigma e pretende fazer vestibular para Odontologia. Com 16 anos, ela inicialmente era contra a participação do jovem de sua idade na escolha do futuro presidente da República. No entanto, disse ter se convencido de que a sua geração tem dado mostras de maturação política demonstrando que já tem capacidade para exercer o seu direito de voto.

Para ela, o candidato do PCB, Roberto Freire, mostrou que tem condições de ser o presidente da República que irá suceder José Sarney. Freire, em sua opinião, demonstrou que conhece todos os problemas nacionais e tem um discurso atual, principalmente porque não deixou nenhuma pergunta sem resposta. Ela gostaria que o próximo entrevistado fosse o candidato do PRN, Fernando Collor, que atualmente aparece como líder das pesquisas de opinião.

mar. Se eu não vou ter um ministério de comunistas, como já afirmei, eu vou saber quais são as forças que vão me apoiar quando chegar o segundo turno e é evidente que essas forças vão ter influência na concepção de governo que nós vamos ter, porque eles não vão apoiar simplesmente porque vão dar o voto ou não têm outra alternativa. Pode ocorrer isso, ocorre algumas vezes, mas, normalmente, isso significa uma articulação, uma coligação, uma aliança política. E é normal que isso ocorra e tem sempre alianças políticas. Política é um pouco a aliança.

Agostinho dos Reis — Nosso ministro da Saúde pediu, quase implorou, a uma pequena ilha que o senhor citou há pouco, Cuba, que nos mandasse a tecnologia da vacina contra a meningite. Como é que podemos formar os nossos novos pesquisadores, como poderemos, com bolsas de estudos, criar uma nova mentalidade aqui neste País?

Roberto Freire — Você falou na ciência, em novos pesquisadores, e eu quero dizer que o mundo hoje está sofrendo um processo da chamada revolução científica e tecnológica. Hoje já se diz, por exemplo, através da biotecnologia, da engenharia genética etc, que em alguns setores é muito mais importante você controlar isso do que controlar a Terra, porque você pode em menor quantidade de terra ter uma produção bem maior em função da semente. Veja como é importante para o futuro o processo da ciência, da pesquisa, da tecnologia. Eu acho que o Brasil se preparou até bem do ponto de vista legal. A nossa Constituição garante que se o Brasil quiser ter um processo de desenvolvimento acelerado no campo da ciência e tecnologia, ele pode ter, porque ele resguarda certos interesses nacionais: a questão das patentes, o mercado interno como patrimônio nacional, reservas de mercado que podem ser criadas por lei para incentivo à pesquisa como na informática. Nós estamos preparados para uma decisão política de priorização geral da questão da ciência e da tecnologia. E acho que o País precisa ter uma política de recursos humanos, privilegiar nossas universidades, investir maciçamente, voltar a ter um Ministério de Ciência e Tecnologia.

O candidato a vice-presidente da nossa chapa foi até recentemente presidente da Fundação Oswaldo Cruz. Nós temos capacidade tranquilamente de fazer as vacinas. Não fizemos, porque houve corte. Este Governo, irresponsavelmente, tentou cortar e demitir pessoal de Mangueiras, ou seja, da área da pesquisa no setor de saúde. Agora, não diminuí em nada a remuneração do capital via especulação financeira. E demitir funcionários



"O Brasil se tornou um exportador de cérebros"

que são pesquisadores, que estão tentando encaminhar problemas da saúde pública, é muito fácil. E tem mais, a classe dominante brasileira acha que está certa, porque aceitou isso. O que ela não quer é que se diminua os seus lucros e nem que se quebre essa especulação.

Uma política absurda de pessoal é essa de mandarmos estudantes e pesquisadores para se capacitarem lá fora e quando eles voltam nós não temos condições de contratá-los. Eles terminam lá fora. Os Estados Unidos são um dos grandes importadores de cérebros de todos os países desenvolvidos, e nós somos exportadores, ou seja, nós gastamos, damos condições para que alguém se instrua e se torne um grande pesquisador e depois ele é contratado pelas grandes instituições de outros países.

— **Agostinho Reis** — A Embrapa paga NCz\$1 mil 220 por mês.

Roberto Freire — E se for aumentar o salário, vão dizer que é marajá. Marajá, coisa nenhuma. Este País precisa remunerar bem os seus cérebros, precisa inclusive trazer cérebros de fora. Esta é uma política equivocada.

Orlando Costa — Qual a estrutura ministerial que o senhor pensa dar a este País, em consonância com a realidade dele?

Roberto Freire — Da mesma forma que eu não tenho as pessoas, eu não tenho ainda a reforma administrativa que pretendo fazer. Posso dizer a você que haverá uma reforma administrativa. A questão do número excessivo de ministros militares, isso evidentemente terá que ser contido.

Não é que queiramos diminuir o papel das Forças Armadas num processo nacional. Elas têm um papel e deverão desempenhá-lo e terão da nossa parte todo o respaldo para o exercício das suas atribuições fundamentais, que são a garantia da soberania nacional e a defesa contra as agressões externas às nossas fronteiras e ao País. Isso, não tenham dúvida que vai ter. E este País não vai ficar desarmado feito as outras nações. O pa-

pel das Forças Armadas, constitucionalmente, terá que ser cumprido.

Agora, é evidente que não precisa da existência de seis ministérios. Um Ministério da Defesa resolveria tranquilamente as relações. E eu defendi o Ministério da Defesa na Assembléia Nacional Constituinte, quando discutíamos a estruturação das Forças Armadas.

Não tenho ainda a definição maior, mas tenho essa definição quanto ao problema dos ministérios militares.

Edison Pena — Uma coisa que se observa hoje é o descrédito em relação aos políticos. Eleito, o senhor tem alguma proposta para mudar isso? Outra coisa é que no segundo turno o senhor disse que haverá composição para formar o ministério, ou para disputar o segundo turno. Com isso não volta o compromisso tipo: eu te dou isso e você me dá o voto?

Adélia Tavares — Não sei se eu estou equivocada, mas outro dia eu vi uma entrevista do Prestes que, comentando a respeito da sua candidatura, disse que você havia feito coligações, ligações com essa turma que estava aí.

Roberto Freire — Em relação ao problema dos deputados, e fundamentalmente daqueles que exercem mandato eletivo em função dos seus salários, pessoalmente considero abusivos os salários que nós recebemos. Agora, isso não vai ser resolvido se imaginando fechar Congresso e muito menos se imaginando que vamos resolver os problemas nacionais se os deputados ou os parlamentares não receberem isso, porque na época da ditadura, do Estado Novo, não havia Congresso e nós não resolvemos o nosso problema, ou seja, não havia deputado, quanto mais salários. Na época da recente ditadura militar, os vereadores também não recebiam e nós não resolvemos o nosso problema. Então, não é bem por aí.

A forma de controlar não é um presidente da República impedir que isso ocorra, é a sociedade controlar. Eu quero dizer a você que em alguns lugares não houve aumento de remuneração de deputados nem de vereadores, até porque houve uma pressão muito grande da so-

cidade em cima dos vereadores e eles diminuíram os seus vencimentos.

Edison Pena — Mas não são só os salários, é o problema de não cumprir as suas funções. As leis complementares, por exemplo, estão aí para serem votadas...

Roberto Freire — Criou-se esse mecanismo de dizer que a demora nas leis complementares é prejudicial, mostra pouco trabalho... Quero dizer que uma Constituição não pode ser regulamentada em tempo menor do que ela foi feita. Ela vai viver uma vida toda, ela vai continuar sendo regulamentada pela vida toda. Nós estávamos regulamentando em 78 e 79 a Constituição de 67. Não vamos ficar pensando que a Constituição que está aí vai ser regulamentada dentro de um ano e acabou, ninguém precisa fazer mais lei. Não é isso. O mundo não vai parar porque não tem lei complementar ou porque não tem lei ordinária. É necessário que se faça, mas muitas vezes é necessário que até a vida indique como regulamentar.

É claro que algumas leis precisam ser feitas, até porque, se não se fizer não são garantidos certos direitos. Mas há outras que é até bom que continuem em certo processo, para informar como fazer e até porque também são coisas novas, que foram criadas agora.

Não quero ter o discurso fácil. Eu não vou entrar na demagogia nem dizer apenas o que todo mundo está querendo ouvir, porque gosta de dizer isso. Eu não vou transformar o servidor público em bode expiatório e não vou estar aqui entrando naquilo de dizer que o Congresso não vale nada. Não é porque eu seja do Congresso não, é porque o Congresso vale, com todos os seus defeitos. É importante que ele exista, porque a sua não-existência é a ditadura.

Agora, temos que controlar, temos que fiscalizar, temos que condená-lo, temos que protestar, temos que denunciar, tudo isso, entendendo o papel que ele desempenha e, tentando, aí sim, cada um de nós, de quatro em quatro anos, podermos escolher quem mandamos para lá. Então, vamos procurar saber se quem a gente mandou realmente foi competente, se foi trabalhador, se foi honesto, se defendeu os interesses que nós achávamos que deveria defender, os interesses nacionais. Vamos também começar a controlar o nosso voto.

O Edison fez uma pergunta sobre a questão de aliança. As pessoas têm muito receio disso. Política é aliança.

Edison Pena — Mas com essas alianças não podemos voltar ao problema que temos hoje?

Roberto Freire — Mas não é a aliança, é a política.

Adélia Tavares — Como você, sendo um candidato comunista, não tem o apoio de um Luiz Carlos Prestes?

Roberto Freire — Porque ele acha que Brizola é melhor! Então, o que é que eu posso fazer? Eu vou abrir a cabeça de Prestes agora, depois de 90 anos? Eu entrei no partido achando que o partido em que ele era secretário-geral era o melhor, continuo nele e ele saiu.

Eu quero dizer que Prestes me merece todo o respeito pela figura histórica que é. Agora, está profundamente equivocada, porque eu pretendo fazer socialismo com os comunistas. Ele está pensando que vai fazer uma coisa com o Brizola. Aí é problema dele. Ele é que tem que se justificar perante todos aqueles que acreditaram no socialismo, porque está apoiando Brizola. Ele é que tem que se justificar, não sou eu que estou sendo candidato pelo partido que ele inclusive ajudou a construir. Faz parte da história dele e faz parte da história do partido.

Adélia Tavares — É uma coisa que assusta você ver uma figura como Prestes dizer que vai apoiar outro candidato!

Roberto Freire — Mas isso não assusta. Qual é o problema? É uma questão de opção. Eu acho que você pode escolher o candidato que você quiser e não vai me assustar. É uma questão de opção sua. O que eu posso estar dizendo é que provavelmente Prestes deve estar com algum equivoco. Por isso é que ele chama a atenção. Ele construiu este partido e hoje está apoiando alguém que não é nem socialista. Mas é uma opção dele. E também respeito essa opção em função do que ele representa.

Adélia Tavares — Ele alega a falta de apoio a essas coligações.

Roberto Freire — Quero dizer que foram ligações das quais este partido tem muita consciência e inclusive muita honra de ter participado, porque nós hoje estamos aqui discutindo democraticamente e há um candidato comunista porque conquistamos a democracia, porque nos aliamos com forças que queriam também a democracia. E formulamos uma grande frente democrática contra a ditadura, que foi a grande frente democrática.

O partido não se arrepende em nada de ter participado do MDB, do PMDB e ter derrubado a ditadura dentro do Colégio Eleitoral, porque eu não queria era a continuidade da ditadura com o sr. Paulo Maluf. Nesse sentido eu não tenho nada para retirar. Ao contrário, estou num grande momento da nossa luta, da luta dos comunistas junto com outros democratas contra a ditadura.

Quero dizer que ainda, sobre Prestes, que disso ele participou em grande parte, porque foi, durante muito tempo, até 79, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro e eu fazia parte do Partido Comunista Brasileiro desde 62, e fazia parte do MDB como tarefa do PCB. E ele era secretário-geral. Ele participou em grande parte, junto com o partido, dessas alianças. E tem mais, ele exerceu um papel importantíssimo em algumas épocas. Quando alguns setores de esquerda desesperaram na luta contra a ditadura, o único partido de esquerda que defendeu a luta democrática, a luta de massa, de não ir para a aventura da guerrilha, foi o PCB.

Quanto às alianças, toda política é feita de alianças. Não vamos ficar pensando que por mais homogêneo que seja o Governo ele não tenha alianças. Ele tem aliança até dentro do seu próprio partido. Você conhece os partidos e qualquer partido, mesmo o Partido Comunista, que é mais homogêneo, tem setores mais da direita, mais da esquerda e que internamente fazem composição política. Não vamos ficar pensando que eu estou falando aqui aquilo que só eu penso.

Eu, por exemplo, defendo simplesmente a estatização dos bancos. Só que o partido acha que ainda pode haver uma etapa de se fazer, pela lei complementar do sistema financeiro, um processo de voltar e ter a intermediação, vindo a estatização apenas como último recurso. Esta é uma decisão que o partido adotou no seu programa. A minha posição pessoal não era esta, era da estatização desde logo. Estou querendo mostrar que isso representa uma aliança dentro do partido. Vai representar uma aliança com outras forças, porque eu não posso estatizar sozinho, eu não posso nem regulamentar a lei sozinho. Eu vou ter que ter forças políticas que me dêem sustentação para eu poder regulamentar ou estatizar. Essas alianças não devem ser feitas?

O que não pode — e aí não é você condenar a aliança, é o tipo de aliança que foi feito, é uma aliança que o imobiliza, porque você faz com quem não quer fazer o que você propôs. E o caso essa aliança que aí está no Governo hoje: ela tem como sua base de sustentação o Governo que nós derrotamos no Colégio Eleitoral. Hoje, toda a base de sustentação do Governo Sarney é dos setores mais conservadores da direita, daqueles que são órfãos da ditadura. Este é o grande drama do Governo. E um Governo que era para ser contra a ditadura e é um Governo que hoje representa forças políticas que estavam na ditadura.

Você discorda da aliança, mas não é discordar de alianças, porque política é aliança.

Edison Pena — Qual o partido que mais se identifica com o PCB? E o PT ou o PSDB?

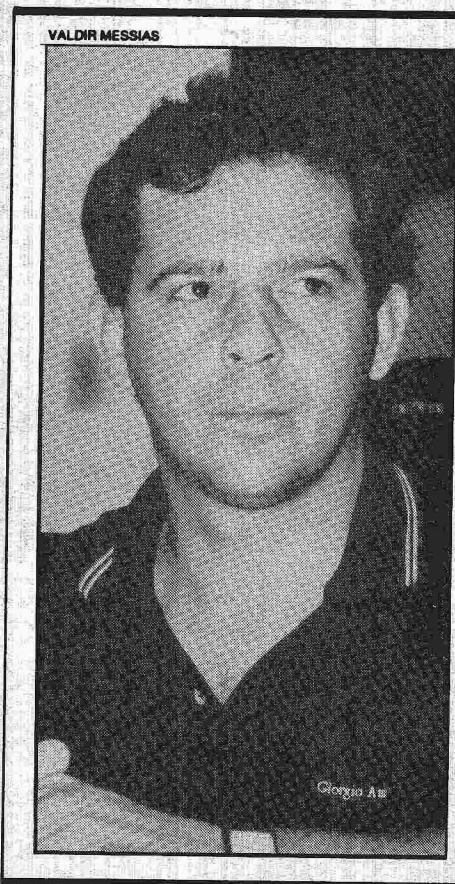
Roberto Freire — Quem mais se identifica nos seus objetivos é quem defende o socialismo, é o PT. O PMDB não defende socialismo. O PSDB também não defende socialismo.

Francisco das Chagas — E o menor abandonado, qual o apoio que o senhor daria?

Roberto Freire — Apoio? Nenhum. Tem é que acabar. Menor abandonado, em alguns lugares, não é propriamente um menor abandonado, é um menor trabalhador. É a família que não tem trabalho e o menor abandonado vai para a rua.

O problema não é de apoio, tem é que extinguir.

“Eu vou abrir a cabeça de Prestes aos 90 anos?”



VALDIR MESSIAS

Garçom espera para conhecer os outros

Francisco das Chagas Pinho tem 34 anos e mora em Brasília há 20. Ele é garçom do restaurante Florentino e tem como lazer principal a leitura e o esporte. Disse que a entrevista com Roberto Freire foi muito boa, mas não chegou a convencê-lo. Francisco afirmou que ainda não escolheu definitivamente o seu candidato e espera conhecer mais os outros através dos próximos debates e da propaganda gratuita no rádio e televisão.

Mesmo assim, ele reconheceu que Freire “não deixou nenhuma resposta em branco e preencheu todas as lacunas que lhe foram apresentadas”. Em sua opinião, ele apresentou uma boa definição de seu ideário político. O que mais lhe chamou a atenção, de toda a entrevista com Roberto Freire, foi a sua proposta de uma reforma geral da estrutura da sociedade. Ele disse que gostaria que a próxima entrevista fosse com o candidato do PL, Guilherme Afif Domingos. Nas últimas eleições ele votou em Walmir Campelo, à época no PFL e atualmente no PTB.

Francisco das Chagas — Daria escola para eles?

Roberto Freire — E claro. E não é uma coisa tão difícil. Se houver uma definição do Governo, você tem a capacidade de construir um País como este, com uma base material como esta, gastar recursos nos subsídios, nos incentivos, beneficiando o capital. Claro que você tem que ter uma rede pública de ensino integral que garanta que não haja menor abandonado neste País.

Andréia Karla — Anualmente se formam muitos jovens e não há mercado de trabalho para todo mundo. Que solução o senhor daria para isso?

Roberto Freire — Em primeiro lugar, não se formam muitos jovens. O problema do mercado de trabalho não está nem com os jovens que se formam, formam-se poucos.

O Brasil tem aproximadamente dois ou três milhões de jovens que ingressam no mercado de trabalho anualmente, ou seja, o Brasil até que está criando trabalho para esse contingente. Alguns deles não têm nenhuma formação, são até analfabetos. O problema é muito mais grave do que você está colocando. Não é nem daquele que tem um diploma e não sabe o que fazer, é daquele que não teve nem escola de 1º grau e precisa trabalhar, porque ele vai querer construir família, ele tem direito a isso. A sociedade é que não criou as condições.

Temos que começar a ver que o problema dos recursos humanos deve estar vinculado também a um processo de crescimento. Aliás, o negócio da inflação é um dado interessante aqui no Brasil. Toda vez que se tem crescimento econômico, nós temos diminuição da taxa inflacionária, a inflação diminui. Toda vez que temos uma economia crescendo menos ou não crescendo, nós temos taxas inflacionárias maiores. Então, o crescimento resolve o problema da inflação e resolve esse problema do mercado de trabalho, porque com o crescimento você começa a ofertar mais emprego. Com o cresci-

mento, você cria determinadas áreas onde a profissionalização é mais exigida — mais qualificada.

Adélia Tavares — Se não dá para comer, como é que se vai acompanhar um curso puxado?

Roberto Freire — Nas universidades públicas a grande maioria dos alunos é composta por alunos que vieram dos grandes colégios privados, que têm um nível de qualificação superior àquelas que fizeram nas escolas públicas ou em escolas privadas em menor porte. E você aí começa a ter problemas de acompanhar o processo de instrução educativa. Existe isso aí, que é um negócio absurdo. No curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro tem vagas e é gratuito e não tem aluno. Agora, vai ter aluno de Pedagogia em outras escolas que cursam com muito mais tranquilidade. Por quê? Porque o aluno não tem capacidade, porque tem que trabalhar, porque não teve uma boa formação e ele não tem condições de acompanhar. Então ele vai estudar onde ele pode acompanhar, porque é um curso de menor qualificação.

Agostinho Reis — O Brasil tem hoje cerca de 140 milhões de bocas para alimentar. O que nós gostaríamos, pura e simplesmente, é que o novo Governo coloque profissionais realmente habilitados para gerir essa problemática.

Roberto Freire — Acho que você não fez uma pergunta, você fez uma afirmação e eu concordo com ela. E ainda mais, o Brasil está hoje se orgulhando de ter grandes safras de grãos, que são insignificantes em relação às nossas necessidades. E, o que é pior, grande parte desses grãos são para modelo de exportação, e talvez para alimentar o gado na Europa.

Numa das primeiras perguntas, eu falei exatamente sobre isso. O problema da reforma agrária não deve ser visto como um problema de fixação do homem à terra ou de acabar com injustiças na distribuição da terra, acabar com o latifúndio. Tem um objetivo econômico, que é a produção de alimentos para as nossas cidades. E preciso ter um processo de reforma agrária para ampliar a oferta de alimentos para as nossas cidades. E, mais do que isso, também ampliar a oferta de insumos para as nossas indústrias, que são insumos que vêm da agricultura. E aí é importante é que não é só o cerrado — este País tem uma área agricultável imensa e pouco explorada, até porque a renda da terra vale muito mais do que certas explorações econômicas.

Dadá Maravilha — Um dos maiores problemas do Brasil é o problema do menor abandonado e vejo pessoas de gravata, pessoas que estudaram, falando do menor abandonado sem ter nenhuma noção. Eu queria falar de menor abandonado, porque eu fui menor abandonado. Fui ladrão, bandido, marginal, tomei tiro, roubei e o futebol me salvou aos 19 anos e hoje eu sou o Dadá Maravilha. Mas eu fui um tremendo bandido.

Agora, por que eu era bandido? Não era pelo pão, porque eu roubei com a barriga cheia. E por falta de carinho. Menor abandonado é falta de carinho, porque muitas vezes você passa num lugar, pede um pão e o cara não dá e ainda diz: — vai trabalhar, bandido. Aí a gente volta e assalta o cara! Tem outro que dá o pão, a gente pega o endereço e não pode assaltar. Eu fiz isso várias vezes. Então, o menor abandonado geralmente é falta de carinho, não a barriga vazia.

Roberto Freire — Eu quero dizer a você que a falta de carinho nenhum Governo pode resolver. Quando for para resolver questões objetivas e materiais, o Governo pode construir escolas, pode construir albergues, ofertar emprego para que as pessoas possam trabalhar. Isso é questão objetiva e o Governo pode. Agora, carinho, isso vai depender, evidentemente, de uma sociedade que tenha novos valores.

Dadá Maravilha — Exatamente por isso é que falei do calor que o Nordeste tem que dar para o Brasil.

Roberto Freire — São valores que você vai ter que criar, até porque a sociedade brasileira começou a ter o valor da concorrência, o valor do individualismo e não o valor da solidariedade. Quero dizer que o socialismo também é solidário.